

## A AMÉRICA LATINA NO PÓS-GUERRA

Carmem Lúcia Gomes de Salis\*

Heiji Tanaka\*\*

**RESUMO:** Na segunda metade do século XX, a América Latina passou por uma profunda transformação em suas estruturas trazida pela promessa da industrialização e da modernização. Ao longo desses 50 anos, o processo histórico se desdobrou e tomou outros caminhos que misturaram desenvolvimento, autoritarismo, exclusão social e aumento da desigualdade. É certo que inúmeros aspectos da nossa realidade foram sendo modificados, todavia, quando olhamos para o conjunto dessas realizações a impressão que fica não é das melhores. É esse caminho que pretendemos trilhar ao longo deste breve trabalho sobre a América Latina.

**PALAVRAS-CHAVE:** desenvolvimento econômico, populismo, substituição de importações, neoliberalismo, autoritarismo

## LATIN AMERICA IN POST-SECOND WAR

**ABSTRACT:** In the second half of the XX (twenty) century, Latin America went by a deep transformation in its structures brought by the promise of the industrialization and of the modernization. Throughout these 50 (fifty) years, the historical process was unfolded and it took other ways that mixed development, authoritarianism, social exclusion and increase of the inequality. It is right that countless aspects of our reality went being modified, though, when we looked at for the group of these accomplishments the impression is that it isn't the best. It's this way that we intended to thrash along this brief work about Latin America.

**KEY WORDS:** economic development, populism, substitution of imports, neoliberalism, authoritarianism.

### INTRODUÇÃO

Ao final da II Guerra Mundial, alguns países latino-americanos ousaram tentar superar as amarras do subdesenvolvimento através de um consistente projeto de industrialização capitalista. Tomando como modelo a substituição de importações com forte intervenção do Estado na economia, países como Brasil, México, Chile e Argentina, tentaram transformar as suas estruturas econômicas e sociais que encontraram um limite (quase intransponível) em suas estruturas políticas que insistem na manutenção dos privilégios de suas elites locais e que, quando se sentem ameaçadas em seus interesses, não hesitam em lançar mão das práticas mais radicais como o autoritarismo e a exclusão social como forma de manter o poder. Em função disso, mesmo as transformações que ocorreram no interior dessas sociedades não foram (ainda) suficientes para melhorar as condições de vida da maior parcela da população.

#### As cinzas da guerra

Ao final da Primeira Guerra o mundo já começara a perceber algumas mudanças significativas no cenário das relações internacionais. Em 1945, depois da queda do nazismo e das bombas atômicas lançadas sobre o Japão, essas transformações se tornaram ainda mais visíveis. A Europa destruída e esgotada por duas guerras no espaço de uma geração, dava sinais inequívocos de seu declínio. Mesmo os países que se consideravam vencedores (França e Grã-Bretanha) tinham plena consciência de suas fragilidades e limitações dentro da nova ordem internacional que estava

sendo redesenhada<sup>1</sup>.

Dentro dessa nova ordem que se inaugurava, destacavam-se as duas potências militares que passariam a controlar as principais decisões internacionais e rivalizar entre si pela hegemonia mundial: os EUA e a URSS. Essas duas potências representavam, também, dois modos diferentes (e até opostos) de se enxergar o mundo. Se os EUA haviam se transformado nos guardiões do capitalismo mundial por causa da derrocada das potências européias, a URSS, por sua vez, representava uma alternativa real de poder para se contrapor aos interesses imperialistas do capitalismo internacional. O comunismo soviético seduzia os outros países na medida em que prometia não só a prosperidade dos povos bem como a sua libertação da exploração capitalista. Apesar dos acontecimentos históricos terem traído essa promessa, em 1945 essa idéia ainda fazia bastante sentido.

Foi nesse contexto que, ao final da Guerra, a URSS havia estendido o seu poder a quase metade da Europa, formando uma espécie de escudo de proteção ao seu redor, distanciando-se de um ataque que poderia vir da Alemanha Ocidental. Ao mesmo tempo, expandiu a sua influência em direção à Ásia, tendo, por um breve período, o apoio da China recém-convertida ao comunismo, e dividindo o Vietnã e a Coreia para tentar, ao menos, contrabalançar a influência dos EUA que mantiveram sob controle estrito o Japão. Através da canalização de recursos em massa, pôde a URSS buscar um certo equilíbrio militar com os americanos e proteger os seus aliados – quando não sufocar eventuais revoltas contra o seu domínio nesses países-satélites. A única defecção inevitável foi a da China por razões que não cumprem explorar neste

\* Carmen Lúcia Gomes de Salis Professora docente da UNIPAR

\*\*Heiji Tanaka Professor de História da UNIPAR

<sup>1</sup>Para uma análise ampla desse momento histórico ver a monumental obra do historiador Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

trabalho. Os EUA, por sua vez, mantiveram o controle da Europa Ocidental, protegendo os seus tradicionais aliados e arregimentando outros regimes anti-comunistas como Portugal e Espanha, dominados por governos fascistas mas simpáticos aos americanos, porém tiveram que concordar em dividir a Alemanha juntamente com a sua capital, Berlim. O realismo político de Washington aceitava tacitamente, mesmo que a contragosto, as imposições da URSS, reconhecendo-a como uma potência militar. Todavia, os americanos não abriram mão do Japão, uma ilha estrategicamente localizada nas proximidades do território inimigo e, tampouco, hesitou em se lançar em confrontos diretos quando os seus interesses encontravam-se ameaçados, como foi o caso da Coreia e do Vietnã – cuja participação desastrosa dos EUA rende até hoje um grande sentimento de culpa e de vergonha nacionais. Com o objetivo explícito de contrabalançar a situação na Europa e como forma de garantir a estabilidade dos governos de países destruídos pela Guerra, os EUA lançaram um amplo programa de ajuda aos seus aliados, denominado Plano Marshall. O Plano Marshall tinha um duplo objetivo: o primeiro era o de promover a reconstrução desses países, superando a crise econômica e a instabilidade política, afastando a ameaça dos protestos populares ideologicamente afinados com o comunismo. Por outro lado, deveria servir para a formação de um bloco mundial unido pelo comércio, mas sob a hegemonia dos EUA que atuavam como uma espécie de guarda-chuva desses países, afastando qualquer ameaça militar por parte da URSS. Os ganhos advindos dessa relação refletiam-se no crescimento das companhias americanas que passaram a atuar e até dominar amplos mercados consumidores na Europa. O Plano Marshall serviu também para levantar a economia japonesa, aproximando os antigos inimigos e possibilitando ao Japão se reerguer rapidamente após a humilhante derrota na Guerra. A prosperidade desses países acabou servindo como uma vitrine para mostrar a capacidade do capitalismo em gerar riqueza e bem-estar.

Todavia, apesar de todos esses movimentos, no imediato pós-Guerra uma região permaneceu praticamente inalterada dentro das relações internacionais: a América Latina. Os países da região continuaram a ser desprezados internacionalmente, mantidos na condição de nações secundárias e dependentes das potências estrangeiras. Se a Grã-Bretanha havia exercido essa influência de forma duradoura num passado não muito distante, no entre-guerras já estava ocorrendo um deslocamento dessa situação com os EUA exercendo um crescente papel hegemônico sobre toda a região. A Segunda Guerra veio para consolidar essa situação. Na nova ordem internacional que estava se desenhando, a América Latina sequer foi mencionada, seja pela falta de interesse por parte da URSS, que não tinha nenhuma perspectiva em avançar num continente tão distante como porque havia um certo consenso tácito de que a América era um território inviolável entregue definitivamente ao poder dos EUA. E, confirmando uma situação consolidada, os americanos intervieram pesadamente na América Latina, seja economicamente como também militarmente. Não haveria espaços para aventureiros comunistas nesta parte do planeta. A América Latina foi considerada como – e os seus governos

se comportaram enquanto tal na maior parte do tempo – uma extensão do território dos EUA, cuja influência não deveria ser contestada por ninguém.

### Os ventos da modernização

A economia agrário-exportadora, a grande herança do período colonial, continuou a fazer parte da paisagem dos países latino-americanos mesmo nas primeiras décadas do século XX. Nos anos 30, porém, alguns países como Brasil, Chile, México e Argentina começaram a ensaiar, timidamente, os primeiros passos rumo a um processo de industrialização. Com certeza, a crise de 1929 e a subsequente depressão econômica favoreceram esse processo, enfraquecendo as tradicionais oligarquias agrárias que se mantiveram no poder após a Independência ocorrida um século antes. Os sintomas desse declínio foram tão mais fortes porque cada país, isoladamente, possuía apenas um produto que respondia por mais de 70% das exportações, tornando qualquer oscilação nos preços desse produto um problema enorme para a balança de pagamentos. Na década de 1930, os primeiros passos para a industrialização foram dados até como forma de compensar a queda da receita das exportações, contraindo a capacidade de importação dos países latino-americanos na mesma proporção em que decaíam os preços de seus produtos nos mercados internacionais<sup>2</sup>. Dessa forma, foi possível contornar os entraves à compra de produtos nos mercados externos através de um processo de substituição de importações, levado adiante através da intervenção direta do Estado na economia como agente controlador do capital disponível para ser investido em setores considerados primordiais: energia, siderurgia, mineração entre outros. Como havia uma contração muito grande dos fluxos de capital em todo o mundo, a industrialização teve que ser colocada em marcha tomando recursos que, em outras épocas, seriam reinvestidos nos setores de exportação ou na importação de produtos supérfluos para as elites locais. Assim, começavam a se desenhar os dois elementos fundamentais que irão promover a industrialização latino-americana: o nacionalismo econômico e o estatismo.

São exemplos mais claros dessa modalidade de atuação na nacionalismo econômico e o estatismo. São exemplos mais claros dessa modalidade de atuação na economia o México de Lázaro Cárdenas, o Brasil de Getúlio Vargas e, um pouco tardiamente, a Argentina com Juan Domingo Perón.

A substituição de importações foi possível, fundamentalmente, devido a forte intervenção do Estado na economia, que acabou criando a infra-estrutura necessária para a industrialização de base. Foi um período de intenso nacionalismo que serviu para moldar, inclusive, uma certa coesão social em países cuja unidade era bastante precária. A época era propícia a esse clima: vivia-se o alvorecer do keynesianismo e todos os seus desdobramentos. Para se tentar superar a crise econômica era permitido, ainda, aos governos cometerem algumas heresias contra o pensamento convencional sem serem condenados por isso. Naquele momento o apego excessivo ao nacionalismo não se mostrava perigosamente contraproducente. Praticamente, todos os governos se fechavam numa espécie de clausura para tentar salvar a economia do país do caos. Olhando

<sup>2</sup> Para uma análise histórica dos processos econômicos que moldaram a América Latina, ver Celso Furtado, *A economia latino-americana*, São Paulo: Nacional, 1978.

retrospectivamente, podemos observar que os anos 30 e 40 apresentaram muitas possibilidades econômicas que foram se estreitando nas décadas seguintes.

Isto porque, a industrialização de base apresentava os seus próprios limites - físicos e econômicos. A capacidade produtiva não poderia se expandir indefinidamente se não através de contínuos financiamentos e/ou subsídios concedidos pelo Estado. Por outro lado, a capacidade do Estado em fornecer a infra-estrutura industrial dependia da canalização de recursos obtidos via tributos ou financiamentos externos, donde a gênese da dependência de recursos estrangeiros para dar continuidade ao projeto de industrialização nacional. Esses elementos colocavam os países latino-americanos em um dilema que foi sendo contornado através do desvio de recursos estatais diretamente para fins econômicos, favorecendo amplos segmentos da sociedade ligados à industrialização. Todavia, era uma estratégia um tanto quanto perigosa pois o seu equilíbrio, bastante precário, variava de acordo com os humores da sociedade. Qualquer sinal de crise (externa ou interna) abalava seriamente os frágeis alicerces institucionais.

A sistematização desse modelo de industrialização foi promovido pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão vinculado às Nações Unidas, criado em 1947, com sede em Santiago do Chile. O modelo da Cepal tinha em vista o aprofundamento de uma idéia que já vinha sendo colocada em prática em vários países da América Latina, mesmo que de forma pouco sistematizada. O grande mérito da Cepal foi enxergar as possibilidades do nacionalismo estatista para ampliar a industrialização dos países periféricos, através de uma política de crescimento voltado para *dentro*, isto é, através da ampliação do mercado consumidor interno. A contínua substituição de importações se mostrava como um complemento necessário para o desenvolvimento do processo. Através da adoção de um modelo original, em vista do desenvolvimento histórico do capitalismo, o pensamento cepalino tinha como objetivo acelerar o desenvolvimento das estruturas capitalistas no interior dos países latino-americanos - mas com vistas a um desenvolvimento autônomo da região, rompendo com a secular dependência em relação ao centro do sistema<sup>3</sup>.

O nacionalismo estatista começou a enfrentar sérias mudanças (e resistências) já a partir dos anos 50. Com a estabilização das relações internacionais através da Guerra Fria, o capitalismo mundial passou a enveredar por novos caminhos cujos efeitos só foram sentidos alguns anos mais tarde. Com o fim da Guerra, o capitalismo internacional entrou em uma nova fase de expansão, tendo à frente a economia americana - agora com a missão de proteger o Ocidente do avanço do comunismo soviético. As grandes empresas européias e americanas procuravam novos nichos de consumo que pudessem ser absorvidos como forma de ampliar a acumulação de capital e, com isso, acalmar as tensões sociais no interior de suas sociedades. Ao mesmo tempo, os países periféricos necessitavam de mais recursos para completar o processo de industrialização em seus respectivos países.

A solução serviu, aparentemente, para atender os interesses de ambos os lados. Nos anos 50, começa a ocorrer um intenso deslocamento das grandes empresas do centro do sistema rumo à periferia, sob a alegação de modernizar a estrutura produtiva dos países periféricos, ao mesmo tempo que iria transferir novas tecnologias para os países mais pobres. Com o nacionalismo em alta, não bastava criar condições para o comércio multilateral, mas sim transferir linhas de montagem completas para esses países que, em contrapartida, ofereciam uma série de subvenções às empresas estrangeiras que quisessem se instalar dentro suas fronteiras. Uma dessas vantagens seria a proteção do mercado interno que tornaria as importações simplesmente proibitivas através de tarifas alfandegárias elevadas.

Esse redirecionamento do modelo de substituição de importações serviu, de fato, para dar uma nova dinâmica ao desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. As empresas multinacionais acabaram servindo como mais um suporte à industrialização, naquilo que virá a ser chamado de tripé da industrialização: o Estado-empresário, a burguesia nacional e a burguesia estrangeira. O Estado entrava com a parte mais pesada de investimentos em infra-estrutura; os empresários locais serviam como fornecedores de componentes e as empresas multinacionais arcavam com as eventuais inovações tecnológicas que eram transferidas do centro capitalista para a periferia. Por isso, crescia, ao mesmo tempo, de forma demasiada a influência do capital estrangeiro no contexto da economia interna, o que incomodava sobremaneira os setores mais apegados ao nacionalismo. Não tardou para que esses conflitos atingissem níveis elevados de temperatura que não puderam ser suportadas pelas frágeis instituições políticas dos países envolvidos.

O resultado da adoção dessas idéias dos anos 50 foi que se aprofundou, ainda mais, a dependência econômica da periferia do sistema. É certo que essas idéias, quando foram concebidas, deveriam servir para superar os impasses do modelo de substituição de importações. Todavia, acabou servindo aos propósitos da expansão capitalista do pós-Guerra, ampliando a acumulação de capital nos países centrais. É sintomático que na década de 60 o debate acerca do desenvolvimento (e do subdesenvolvimento) vai tomando outras direções - desde um reformismo moderado até as idéias revolucionárias maoístas e castristas. O radicalismo, tanto de direita como de esquerda, já havia tomado o centro dos acontecimentos na América Latina, não restando muito espaço para a moderação. É nesse clima que o continente será tomado por uma onda de golpes militares que, em nome da Tradição, Família e Propriedade, implantaram governos cada vez mais autoritários. Fechados por dentro mas abertos ao capital externo que puderam de deslocar com mais desenvoltura nos meandros de governos tomados por tecnocratas milagreiros. Através de vultosos empréstimos feitos por bancos estrangeiros, os militares puderam dar um novo salto na industrialização sem levar em conta as conseqüências de mais longo prazo<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Com relação à uma história da Cepal, ver o depoimento auto-biográfico de Celso Furtado, *A fantasia organizada*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 72 e seguintes. Para uma análise do pensamento sociológico da Cepal ver Fernando Henrique Cardoso, "Originalidade da cópia" in *As idéias e seu lugar*, Petrópolis: Vozes, 1993, pp. 27-80. Pela Cepal passaram vários intelectuais brasileiros que influenciaram mais de uma geração de economistas e sociólogos, entre eles Maria da Conceição Tavares, Rui Mauro Marini e Francisco de Oliveira.

<sup>4</sup>Ver, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro: LTC, s/d. A primeira versão do trabalho foi publicada em castelhano em 1967.

### Os limites da política

O rápido desenvolvimento industrial dos países latino-americanos veio acompanhado de grandes transformações sociais e políticas que tiveram que ser absorvidas simultaneamente no interior de um mesmo processo.

A industrialização acarretou um crescimento rápido e desordenado das grandes cidades, criando novas demandas de infra-estrutura, saneamento básico e educação que tiveram que ser satisfeitas, mesmo que parcialmente, pelo poder público. Ao mesmo tempo, a concentração da população na zona urbana criava uma sociedade que, a cada dia, se massificava rapidamente, exigindo maior participação na política e na distribuição da riqueza advinda do crescimento econômico.

Se nas décadas de 30 e 40 ainda era possível manter uma certa coesão entre industrialização e autoritarismo, através da mobilização e cooptação das camadas populares, após a Guerra esse cenário se tornaria simplesmente insustentável. O populismo se transformou na válvula de escape das burguesias latino-americanas para conter os anseios das camadas populares e a pressão dos trabalhadores em torno da apropriação da riqueza. Através de líderes carismáticos, cujo poder residia em predicados pessoais, foi possível contornar os problemas sociais os baixos salários e a tendência à concentração da renda por parte das elites nacionais. Daí, na maior parte dos países, o ritual democrático permanecer quase intocado nos anos 50: campanhas políticas exaltadas, promessas de desenvolvimento, o contato direto entre líderes e camadas populares, eleições empolgantes etc. Quando o governante assumia a regra era procurar empurrar os problemas para um futuro incerto quando não mobilizar o povo em torno do nacionalismo. Os novos problemas de ordem interna que foram surgindo eram, continuamente, ignorados e as possíveis soluções adiadas indefinidamente.

Enquanto o modelo de substituição de importações foi capaz de conter essas tensões sociais, os sucessivos governos ainda tinham coisas a oferecer para as camadas populares, gerando uma simbiose entre o crescimento econômico e a demanda por melhores salários para os trabalhadores. Ao longo dos anos 50 essa situação parecia encontrar-se estabilizada: governos populistas associados aos sindicalistas pelegos para afastar os grupos mais radicais tanto de direita quanto os de esquerda. O fermento que unia os dois pólos era, naturalmente, o nacionalismo econômico. Todavia, na segunda metade da década de 50, o populismo já dava sinais evidentes de esgotamento que se refletia tanto no plano social quanto no plano institucional. Os embates entre nacionalistas e internacionalistas se fizeram cada vez mais visíveis em função da expansão do capital internacional e sua crescente influência na economia de vários países. Tornava-se cada vez mais difícil (se não impossível) manter a coesão em torno do projeto de industrialização via

substituição de importações e, ao mesmo tempo, conter as pressões populares ampliadas através dos partidos trabalhistas mais radicais<sup>5</sup>.

Um fato que irá modificar drasticamente esse cenário será a Revolução em Cuba que depôs o governo de Fulgêncio Batista, alinhado aos EUA, colocando no poder uma geração de jovens idealistas que exaltavam, antes de mais nada, a libertação nacional depois de mais de século da Independência da Espanha. Ao longo desse período, a história cubana foi recheada de humilhações impostas pelos americanos que viam a ilha apenas como uma extensão da Flórida. Uma certa incompreensão por parte da diplomacia americana empurrou Cuba para a órbita soviética e elevou Fidel Castro e Che Guevara à figuras libertadoras do continente latino-americano. Se antes, a esperança de libertação para os comunistas da América Latina vinha de um lugar bastante distante, a partir de 1959 o exemplo e a força revolucionária de libertação estavam bem próximas de nós. Bastava seguir o caminho que foi aberto arduamente pelos cubanos. Mesmo a morte de Guevara na Bolívia não amenizou esse sentimento - pelo contrário, transformou-o num mártir da luta contra o imperialismo, incitando todo tipo de luta armada para a tomada do poder.

Porém, entre a tomada do poder pelos castristas e a morte de Guevara, em 1967, a América Latina já estará assistindo a todo um movimento por parte das forças conservadoras que irá culminar no crescente fechamento de seu regime político. Acuados pelo avanço dos movimentos populares, tanto no campo como nas cidades, os setores conservadores da sociedade não hesitaram em conspirar contra os governos que toleravam (ou que não conseguiam eliminar) esses movimentos. A democracia latino-americana estava prestes a enfrentar o seu maior desafio: combinar o crescimento econômico com a livre participação das camadas populares. O resultado em si foi catastrófico para os últimos. Em seqüência, os governos constitucionais foram sendo derrubados por golpes de Estado perpetrados pela grande burguesia e com o apoio do Alto Comando das Forças Armadas. Os oficiais das Forças Armadas eram convocados para colocar fim à "ameaça do comunismo", "à desordem" e ao "caos" que estavam se instalando por causa de governos fracos e incompetentes. Brasil, Peru, Bolívia, Chile, Uruguai, Argentina, foram conhecendo os limites da violência praticada pelo Estado em nome da Ordem e da Paz social<sup>6</sup>.

Os novos governos que foram se instalando tinham em comum, além do alinhamento servil aos interesses de Washington, uma ferocidade ilimitada no combate à oposição, com especial predileção àqueles que eram considerados (com ou sem razão) comunistas. O inimigo a ser combatido era interno, encontrava-se dentro das fronteiras e os americanos estavam colaborando no combate a esses inimigos. Através dessa visão maniqueísta da realidade, os governos ditatoriais vislumbravam a eliminação progressiva

<sup>5</sup> O suicídio de Vargas no Brasil em 24 de agosto de 1954 já vislumbrava essa questão, apesar de que esse desfecho para a crise institucional que se instalou no Brasil nesse ano tivesse outros motivos de origem estritamente interna. O gesto desesperado de Vargas não podia deixar de lado uma questão tão cara a ele próprio e a seus seguidores.

<sup>6</sup> Dos principais países da América Latina, o único que passou incólume a esse processo foi o México. Para compreender esse aspecto da nossa história é preciso relembrar a singularidade do processo político mexicano que conseguiu uma certa estabilidade através da corrupção e da cooptação empreendidas pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) que se manteve no poder de 1929 até o ano de 2000. Na definição do escritor peruano Mario Vargas Llosa, o México era o exemplo de uma "ditadura perfeita". Ver Igor Fuser, *México em transe*, São Paulo: Scritta, 1995. Sobre a militarização da América Latina ver Eder Sader, *Um rumor de botas*, São Paulo: Pólis, 1982.

dos “inimigos” do país e a instauração de uma nação moderna e sem conflitos sociais mais profundos. Em sociedades tão desiguais, um projeto dessa natureza soava por demais artificial e só poderia ser levado adiante através da repressão brutal àqueles que eram considerados uma ameaça à ordem pública. Não surpreende que a luta armada e a tortura tenham florescido num ambiente dominado pela irracionalidade e pela intolerância.

Ao mesmo tempo em que se preocupava com o “inimigo interno”, os governos autoritários latino-americanos se preocuparam em buscar a cooperação do capital externo e levar adiante o projeto de modernização - só que agora em novas bases. Aproveitando-se de um período excepcionalmente favorável, os países latino-americanos encontravam facilidades para se fartarem de empréstimos externos para a realização de grandes obras, juntamente com a disposição das empresas multinacionais em se deslocarem rumo à periferia. Nos anos 60 e 70, houve um intenso deslocamento dessas empresas que ocuparam os setores mais rentáveis da economia como o de eletro-eletrônicos. As facilidades que lhes eram colocadas à disposição pelos governos da região compensavam os investimentos que deviam realizar para começar a produção. Através de financiamentos públicos generosos, isenção de impostos, mão-de-obra barata, garantia de remessa de lucros e proteção ao mercado interno, não se preocupavam com o retorno (garantido) dos poucos recursos que eram investidos. Porém, a dinâmica dessa industrialização já não vislumbrava a superação dos problemas sociais que eram colocados nas décadas anteriores. Os insatisfeitos deveriam ser eliminados por um Estado que policiava e reprimia violentamente qualquer manifestação contra os propósitos da elite. Ao contrário, o modelo de desenvolvimento engendrado por esses governos autoritários tendia cada vez mais à concentração da riqueza nas mãos de uma minoria da sociedade<sup>7</sup>.

Industrialização, entrada de capital estrangeiro, aumento vertiginoso da dívida externa, contração da renda dos trabalhadores, contenção dos movimentos sociais através da repressão, foram os elementos marcantes nos vários países da América Latina nos anos 60 e 70. Em alguns países com maior intensidade (Chile e Argentina) e em outros de forma mais moderada. Mas em todos eles, não havia espaço para a democracia e as marcas desse período criaram feridas profundas, difíceis de serem cicatrizadas mesmo pela distância do tempo.

#### **Da década perdida ao neoliberalismo**

Mesmo rompendo com vários aspectos do passado, o modelo de desenvolvimento imposto pelos tecnocratas que serviram aos governos ditatoriais latino-americanos não conseguiram fazer com que o Estado abandonasse o seu papel histórico de não apenas coordenar o processo como também o de atuar como empresário através dos braços das gigantescas empresas estatais<sup>8</sup>. Por isso, quando explodiu a crise do

petróleo em 1973-4 os governos latino-americanos continuaram a atuar como se nada houvesse acontecido.

A maioria deles recorreu aos empréstimos estrangeiros para cobrir a conta das importações e continuar tocando obras de infra-estrutura como forma de dar continuidade ao projeto de desenvolvimento, que tendia a favorecer fundamentalmente os mais ricos. Outros países, apesar de premiados por serem produtores de petróleo (Venezuela e México, por exemplo), não souberam aproveitar os ventos favoráveis e desperdiçaram as grandes somas provenientes da venda do produto para pagar a importação de bens supérfluos para satisfazer as camadas mais favorecidas da sociedade. Em ambos os casos, a elite local permaneceu confortável em sua posição privilegiada, gozando as benesses do suposto desenvolvimento econômico. Numa época de bonança, sobrou alguns restos até mesmo para a raivosa classe média que, volúvel como sempre, apoiou entusiasticamente os governos ditatoriais em troca de alguns ganhos imediatos. Porém, um modelo baseado em alicerces tão frágeis - endividamento externo e exploração de mão-de-obra barata - não poderia alcançar êxito no longo prazo.

Em 1979, o segundo choque do petróleo colocou abaixo as expectativas de que a recessão dos anos 70 era algo passageiro. A Revolução Islâmica no Irã e a subsequente guerra Irã-Iraque, fizeram os preços do petróleo dispararem no mercado internacional. Debilitados com a alta contínua do petróleo desde fins de 1973, os países desenvolvidos mergulharam, ainda mais, num processo recessivo que atingiu a América Latina de forma ainda mais intensa. O resultado foi uma combinação de estagnação econômica, alta dos juros internacionais e inflação, juntamente com a diminuição abrupta dos fluxos de capitais para a periferia. Em 1982, explodiu a crise da dívida externa dos países latino-americanos que se iniciou no México e se alastrou pela Argentina e o Brasil. Foi quando o pedido unilateral de moratória da dívida externa se transformou em única opção para esses países. O desgaste de governos autoritários e, muitas vezes altamente corruptos, colaborava para aumentar ainda mais a situação crítica desses países. Daí que o retorno da democracia política e a retomada do controle pelo poder civil não foram suficientes para superar esse momento crítico. Ao contrário, os governos civis que assumiram o poder diante desse cenário foram incapazes criar mecanismos econômicos para superar a crise e, tampouco, gerar uma estabilidade política suficiente para levar adiante qualquer tipo de reforma estrutural necessária naquela conjuntura. O que ocorreu foi um aprofundamento da crise que, num ambiente democrático, mobilizou a sociedade civil em grandes movimentos de protesto que desgastavam ainda mais os governantes que estavam no poder. O momento político e econômico criava situações constrangedoras, ao ponto de muitos segmentos da sociedade se convencerem que os civis eram realmente incompetentes para exercer o poder político. Felizmente, a conjuntura não era favorável a novas aventuras militares, pois a própria burguesia se encontrava desorientada sob o ponto de vista político. Por isso, mesmo sob as mais elevadas taxas

<sup>7</sup> No início da década de 70 Celso Furtado mostrava claramente os devaneios (e as desilusões) desse modelo. Ver *O mito do desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

<sup>8</sup> É curioso notar que esses tecnocratas, apesar de serem ultraliberais, acabaram servindo a governos tão ou mais estatizantes que os governos que os antecederam. Roberto Campos morreu exaltando as virtudes do livre mercado, porém, os militares a quem serviu tão fielmente criaram várias outras estatais que acabaram servindo como moeda de troca no tradicional balcão da política brasileira.

de inflação, os países seguiram na trilha da legalidade e conseguiram promover eleições gerais livres que sinalizavam a favor da manutenção da democracia.

Porém, se as aventuras militares estavam foram de cogitação, ao final da década de 80 as burguesias nacionais já estavam rearticuladas sob novas bases. A aventura militar dava lugar a novos aventureiros que prometiam acabar com a inflação, retomar o crescimento econômico, prender os corruptos, colocar os seus países de volta ao cenário internacional e outras promessas não menos interessantes. Os governantes que estavam no poder eram desprezados como incompetentes, corruptos, incapazes de administrar a crise e sofriam todo tipo de críticas. Presidentes, como Raúl Alfonsín da Argentina e José Sarney do Brasil, nem puderam participar diretamente do processo sucessório pela simples falta de candidatos que quisessem o seu apoio político. Apesar de tentativas desesperadas para controlar a inflação via congelamento de preços e salários, a espiral inflacionária retornava com mais força e intensidade do que antes. A falência do modelo de substituição de importações dava lugar a todo tipo de oportunismo trazido pelas novas idéias geradas nos países centrais<sup>9</sup>. Entrávamos na era do neoliberalismo.

A partir dos anos 80, nos países centrais, já estava ocorrendo uma reação contra o keynesianismo - que se transformou no principal responsável pela crise econômica. O Estado do Bem-Estar Social havia criado uma rede bastante ampla de proteção aos indivíduos, o que descentrava os liberais e conservadores saudosos dos tempos do livre-mercado sem limites. Havia, de fato, uma transferência de renda no interior da sociedade que não chegou a comprometer os níveis de acumulação, mas que estabelecia prioridades na agenda de todos os governantes em prol de políticas sociais direcionadas. Isso irritava, sobremaneira, os mais conservadores que defendiam um retorno ao individualismo burguês como forma de maximizar a produção de riqueza. O Estado, para os seus críticos, era muito mais um obstáculo a ser removido do que uma instituição a ser preservada em nome da justiça social. A crise dos anos 70 favoreceu a expansão dessas idéias através de governos ultraliberais que alcançaram o poder, na virada da década de 70 para a de 80, nos principais países do mundo: Thacher na Grã-Bretanha, Reagan nos EUA e Kohl na Alemanha<sup>10</sup>.

Não tardou para que esse movimento alcançasse os países latino-americanos. E com vários agravantes a mais. Nesses países em que o Estado contava com uma expressiva (e excessiva) participação numa economia ainda bastante fechada, resquício de décadas de nacionalismo, e onde nem sequer a idéia de bem-estar social chegou a florescer, as idéias neoliberais teriam um impacto bem mais profundo. Isto porque, esmagados por uma duradoura crise econômica, esses países irão adotar o receituário neoliberal não como parte de um debate ideológico, mas como a própria salvação de suas

economias. Abertura ao capital estrangeiro, privatização de empresas estatais, livre comércio e outras receitas neoliberais chegavam até nós como sendo a última boa nova vinda dos países centrais que iria redimir todo o passado errante de nações que não encontraram o caminho do desenvolvimento e da modernização. Com uma recepção tão a-crítica, não é de se estranhar quem eram os portadores dessa nova mensagem salvacionista em nosso continente: Salinas no México, Meném na Argentina, Collor de Mello no Brasil e Fujimori no Peru<sup>11</sup>. Além do general Pinochet no Chile, autor de tamanha brutalidade contra o seu povo, que parecia se eternizar no poder.

Hoje, após mais de uma década do início desse processo, a América Latina ainda padece dos males que a acompanharam ao longo de toda a sua história. A pobreza e a miséria aumentam a olhos vistos, a concentração da renda encontrou níveis inéditos, a modernização e o bem-estar alcançam apenas uma minoria da população, trazendo mais descontentamento e tristeza para um continente já castigado historicamente devido a irresponsabilidade de suas elites. O neoliberalismo avançou por todo o continente, tornando-se não apenas hegemônico como também a única alternativa viável de desenvolvimento. Parece que fora dos parâmetros do neoliberalismo e da globalização dos mercados não existe saída. Os governos se tornam reféns das grandes instituições financeiras e de grupos de empresários que exigem cada vez mais subsídios e isenções em nome da produção e da manutenção de empregos cujos salários são dilapidados ano após ano. Novas teses salvacionistas são lançadas em nome da prosperidade sem que haja uma correspondência com a realidade. A Área de Livre Comércio das Américas passou a ser, nos últimos anos, a nova esperança de redenção. A impressão que fica é que a idéia de desenvolvimento, para os latino-americanos, não passa de uma miragem que, de tempos em tempos, vai tomando novos contornos.

## CONCLUSÃO

A história do desenvolvimento na América Latina passou por três fases distintas: uma de otimismo que marcou a sua gênese nos anos 40 e 50; uma outra de radicalização pela direita que distorceu os fins almejados pelo desenvolvimento para culminar no aprofundamento da dependência e da concentração da renda em nome da acumulação de capital; e a última, nos anos 90 com a prática neoliberal que pretende vender a ilusão de que esses países podem alcançar um patamar de desenvolvimento igual ao dos países centrais, onde a população poderá desfrutar de um maior bem-estar social. Não é certo que a manutenção do modelo de crescimento voltado para dentro teria conseguido obter sucesso contra os efeitos nocivos do subdesenvolvimento; mas, tampouco, é certo que um

<sup>9</sup> Uma análise interessante sobre a crise do modelo de substituição de importações encontra-se em Lídia Goldenstein, *Repensando a dependência*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

<sup>10</sup> Sobre as idéias ultraliberais e uma crítica a elas ver G. Boxberger e H. Klimenta, *As dez mentiras da globalização*, São Paulo: Aquariana, 1999.

<sup>11</sup> Coincidência ou não, o fim desses pioneiros do neoliberalismo na América Latina não foi dos mais gloriosos: Pinochet ficou detido na Inglaterra por mais de um ano acusado de crimes contra a humanidade; Salinas está foragido e seu irmão encontra-se preso, acusado de fazer parte de esquemas de lavagem de dinheiro do narcotráfico; Menem entregou o poder mas é acusado de inúmeros casos de corrupção; Fujimori tanto fez que conseguiu um terceiro mandato mas foi obrigado a renunciar menos de um ano depois cercado de acusações de corrupção; e Collor de Mello foi afastado da presidência também por corrupção depois de dois anos e meio de mandato.

modelo que privilegia a concentração da renda em detrimento do combate à pobreza irá obter resultados satisfatórios para superarmos a nossa secular condição de países secundários no cenário internacional.

#### **BIBLIOGRAFIA**

BOXBERGER, Gerald *et* KLIMENTA, Harald. **As dez mentiras da globalização**. São Paulo: Aquariana, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso. **As idéias e seu lugar**. Petrópolis: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. *et* FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: LTC, s/d.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. São Paulo: Nacional, 1978.

\_\_\_\_\_. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FUSER, Igor. **México em transe**. São Paulo: Scritta, 1995.

GOLDENSTEIN, Lúdia. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos - o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SADER, Eder. **Um rumor de botas**. São Paulo: Pólis, 1982.

Recebido em: 20/11/02

Aceito em: 28/11/2002